

Senado ignora dívida do Rio

■ ACM culpa Banco Central, que reage com nota oficial contra declarações do senador

ANGÉLICA WIEDERHECKER
E EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — O plenário do Senado se recusou a votar ontem a rolagem das parcelas das dívidas do estado e do município do Rio de Janeiro, cujo resgate está marcado para a próxima terça-feira, devido ao atraso com que foram enviados. Seguindo determinação do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que sequer incluiu a votação dos dois projetos na pauta, o presidente em exercício da mesa, senador Geraldo Mello (PSDB-RN) não acatou pedidos favoráveis à votação. A decisão resultou em acusações ao Banco Central, responsável pela análise prévia do pedido de rolagem. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem de manhã a rolagem de R\$ 228,53 milhões do município e de cerca de R\$ 250 milhões do estado.

"A culpa é do Banco Central", disse o relator do pedido do estado do Rio, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), atribuindo a responsabilidade pelo atraso ao BC. Ele disse ainda que o BC terá de arcar com qualquer ônus que o estado venha a ter se não puder substituir os papéis que já estão no mercado por títulos novos, mediante desembolso de recursos para honrar seu

resgate. Atualmente, o Banco do Brasil é o custodiante do Fundo de Liquidez da dívida estadual, mas em situações normais, o emissor dos títulos é quem arca com eventuais prejuízos ou encargos em transações com os títulos.

Em ofício enviado na quarta-feira ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, Antônio Carlos se queixa do atraso com que o Banco Central envia ao Senado os projetos que tratam de endividamento público que os dois projetos chegaram ao Senado apenas no dia 24, "cabendo ao Senado Federal prazo infimo para a apreciação das matérias", tendo em vista que, para que os pedidos fossem atendidos em tempo hábil, a resolução autorizando a rolagem teria de ser publicada, no máximo, no dia 30.

Caveira de burro — Antônio Carlos pede a Malan que sejam tomadas as "devidas providências" junto ao BC, já que o Senado "não vai mais aceitar tal situação", que segundo ele impediria a análise adequada dos projetos. "O BC não é o culpado. Não dá para transformar o BC em caveira de burro", reagiu o senador José Serra (PSDB-SP). De acordo com ele, o BC não tem como assumir os eventuais prejuízos causados pela decisão. "A decisão do ACM de não colocar na

pauta os projetos que chegam com atraso é correta no atacado, mas nesse caso é lamentável porque cria uma situação difícil para o estado e o município", ponderou José Serra.

Apesar da polêmica em torno do BC, os registros do Senado mostram que o BC enviou os dois pedidos no dia 24, usando apenas parte dos 10 dias úteis que lhe permite a lei para análise dos projetos. Isso porque somente nos dias 19 e 20, a prefeitura e o estado do Rio conseguiram fornecer toda a documentação exigida. Desta forma, o governo do Rio seria mais uma vez o responsável pelo atraso na tramitação de projetos de sua própria autoria e interesse.

Em nota divulgada ontem no início da tarde, o Banco Central nega as acusações do senador Antônio Carlos Magalhães de que seria o responsável pelo atraso no envio da documentação. O que tem ocorrido, diz a nota, "é a apresentação tardia dos pleitos, a este órgão, pelos Estados e Municípios, e, com frequência, a remessa de documentação incompleta ou incorreta, implicando a exigência de novos documentos e fluência de novos prazos para análise".

Diz ainda a nota do BC não

existir antecedência mínima regulamentar para os Estados e Municípios encaminharem os pleitos, nem para atendimento às solicitações de retificação ou complementação de documentação. No caso do Rio de Janeiro, mostra ainda a nota, a documentação do governo daquele estado, embora datada de 13 de maio, "não veio ele acompanhado de toda a documentação necessária para análise, exigindo diversas solicitações de documentos, a última das quais veio a ser atendida somente no dia 20 de junho, sexta-feira da semana passada."

□ A cidade do Rio tem suas contas públicas melhor organizadas que a cidade de São Paulo. Essa foi uma das verificações feitas pela Atlantic Rating antes de apresentar, nos próximos meses, a primeira análise do risco de estados e municípios quanto à situação de suas finanças. Ontem, o presidente da Atlantic Rating, Paul Bydalek, disse que a empresa está iniciando um trabalho de radiografia de despesas e receitas de estados brasileiros. Bydalek informou que "a cidade do Rio de Janeiro é a única do país que tem auditoria externa permanente em seus cofres". Quanto à situação dos estados nessa avaliação, o presidente da Atlantic preferiu não entrar em detalhes.